

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.**

Aos onze dias do mês de julho de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Às 15 horas, a Secretária Geral do Conselho, Carmen Bomtempo, iniciou os trabalhos propondo a inversão da pauta, que passaria a ser: 1- Informes; 2- Votação da proposta de ata da reunião do dia 07/03; 3- Eleição das Câmaras Técnicas; 4- Eleição do representante do Conselho na Comissão Municipal de AIDS; 5- Acolhimento; 6- Votação da proposta de regulamentação do PRÓ-SUS. No 1º. ponto da pauta: Informes - Carminha Bomtempo, passa os informes da Mesa Diretora. Lê telegrama de congratulações ao Conselho enviado pelo Deputado Djalma Dias e documento do Conselho Distrital de Venda Nova encaminhado ao Prefeito criticando a concessão de aumento diferenciado. A seguir, a justificativa de falta dos conselheiros, Carlos Henrique, Lêda e Heloísa. Informa sobre convite do Centro Comunitário Paulo Campos Guimarães, para ato público na FEBEM/Barreiro e propõe que o Conselho escolha um representante ao ato. É escolhido o conselheiro José Osvaldo. Fala de carta/denúncia da Associação Nacional dos Pacientes, doadores, transplantados renais sobre o evento “Música ao pé da Árvore”. Informa ainda, sobre as reuniões da Mesa Diretora do Conselho, que se realizarão sempre na 5ª. feira anterior e posterior à reunião ordinária de cada mês e é aberta. Lê convite para inauguração da Unidade 24 horas do Barreiro, neste dia 12/07 às 15 horas, assim como, a entrega do projeto de revitalização do Centro do Barreiro, às 14:30 horas. Fala do Seminário de Formação de Conselheiros e apresenta proposta de duas datas 23 e 24/08 ou 24 e 25/08, de 08:00 às 18:00 horas. Feita votação sobre a data, ficou definido que o Seminário será realizado em 24 e 25/08, por 12 (doze) votos a 06 (seis). Aberta a palavra ao plenário para informes, o senhor Antônio Carlos, fala da unidade 24 horas do Barreiro a ser inaugurada e que na sua opinião, deveria ser mantida com o nome de Tirol, defende que a população deva ser consultada sobre a mudança de nome e solicita que os representantes da região no Conselho ajudem a manter o posto como é conhecido de toda a população. O conselheiro Maurício, fala das lesões por esforços repetitivos (LER) e de tentativas de derrubar a Norma Técnica de Procedimentos do INSS. Propõe Moção de Repúdio a essas tentativas. Carminha Bomtempo, informa que no final da reunião a moção será votada. O senhor Evaristo Garcia, informa sobre a questão do abastecimento e merenda escolar. Denuncia que o Sistema Pitágoras de Ensino está propondo ensino profissionalizante a partir do 1º. grau, para se beneficiar com convênio

do governo federal. Propõe que a Mesa convoque debate para discutir e impedir que isso ocorra. A conselheira Rosalina, denúncia fatos relacionados a acordo para atendimento a parturientes de alto risco, envolvendo a Maternidade Odete Valadares e alguns hospitais conveniados. Segundo a denúncia a MOV estaria encaminhando as pacientes através de uma carta aos hospitais, cuja carta estaria sendo chamada pelos funcionários de “carta-bomba”, por ser entregue pela própria parturiente que, se recusada pelo hospital ficaria na iminência de ter que retornar à MOV por sua conta ou procurar uma outra forma de ter seu filho. Diz considerar essa forma de encaminhamento absurda, a expressão “carta-bomba” desrespeitosa a dignidade da pessoa e que os funcionários prometeram enviar documentos que comprovam a denúncia. Pergunta ao Secretário César Campos, se tem conhecimento do fato e se a Secretaria participa do acordo. Dr. César, diz que a Secretaria não participa e que vai através do Controle e Avaliação averiguar a denúncia, antes mesmo de chegarem os documentos que a comprovam. O conselheiro Carlos Epifânio, questiona a denúncia apresentada sem provas e diz que a Associação dos Hospitais participou do acordo e acionará os hospitais que o estejam descumprindo, caso a denúncia seja comprovada. O conselheiro Antônio Gomes, comunica sobre visita feita pelo Conselho do HOB ao Hospital das Clínicas e das dificuldades constatadas no atendimento às urgências naquele hospital. A conselheira Laraene faz denúncia contra Clínica Otontológica de Tratamento Dentário, situada à Rua Padre Rolim, 151, que é conveniada com o SUS e vem, a partir do dia 1º., se recusando a atender pelo SUS e cobrando um depósito de R\$ 800,00 para fazer o atendimento. O conselheiro Eucério, fala sobre a questão da Maternidade Odete Valadares e diz que existe o acordo que foi o embrião do IVHE (índice de Valorização Hospitalar de Emergência)

e vem dando resultados positivos. Reafirma que, se comprovadas, as denúncias deverão ser apuradas e o Conselho se posicionar. No ponto seguinte da pauta: votação da proposta de ata da reunião do dia 07/03, o conselheiro Jader, defende que a mesma não seja votada porque diversos conselheiros não a receberam a tempo de ler antes da presente reunião. Carminha Bomtempo, propõe que seja adiada a votação para a próxima reunião e que a Mesa Diretora discuta a forma de encaminhar a votação já que a ata é de reunião anterior à eleição do atual Conselho. No ponto seguinte da pauta: eleição das Câmaras Técnicas, Carminha Bomtempo, esclarece sobre as atribuições das Câmaras Técnicas, de acordo com o Regimento e quais são as Câmaras Técnicas atuais, incluindo a de Saneamento, aprovada na V Conferência Municipal de Saúde. A seguir, fala que os conselheiros que participaram em Câmaras Técnicas no Conselho anterior farão breve exposição sobre o trabalho desenvolvido. A conselheira Warlene, falou sobre as atividades da Câmara Técnica de Recursos Humanos, sobre a Câmara Técnica de Financiamento, na ausência de um conselheiro que tenha participado, falou o Dr.

Nilo Bretas, que acompanhou a Câmara Técnica como diretor financeiro da Secretaria. A conselheira Sulimar, informou sobre o trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Controle e Avaliação. Sobre a Câmara Técnica de Municipalização, falou o conselheiro João Athaide. Complementando as informações, Dr. César fala do que a Câmara Técnica terá de discutir e acompanhar. Carminha, fala de telefonema do ex-conselheiro Geraldo Magno, justificando não ter podido comparecer para fala do trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Financiamento e solicitando ser convocado para participar das reuniões da Câmara Técnica, com a qual gostaria de continuar contribuindo. O conselheiro Robson, fala da Câmara Técnica de Comunicação. Carminha, fala que as Câmaras Técnicas emitem pareceres sobre os assuntos de sua competência que são apresentados e votados em plenário. A conselheira Inês, fala da importância da Câmara Técnica de Saneamento, recém-criada, defendendo que os conselheiros devem fortalecê-la para ajudar na solução dos graves problemas de que esta Câmara Técnica irá tratar. Carminha, esclarece sobre as razões de a Câmara Técnica de Comunicação ter enfrentado dificuldades, sendo a principal a falta de assessoria. Informa que o próximo número do Jornal dos Conselhos sairá nos próximos dias. A seguir, antes de iniciar-se a eleição, são pedidos esclarecimentos sobre a possibilidade de mudar de uma Câmara Técnica para outra. João Athaide, esclarece que a V Conferência deliberou pela obrigatoriedade de todos os conselheiros, efetivos e suplentes, participarem nas Câmaras Técnicas, mas que após o Seminário de formação previsto para agosto, já com maior conhecimento sobre cada área, os conselheiros poderão optar por sair de uma Câmara Técnica e passar para outra. Carminha, anuncia que fará a leitura dos nomes e cada conselheiro dirá qual Câmara Técnica irá integrar. Feita a chamada nominal, as Câmaras Técnicas ficaram assim compostas: Câmara Técnica de Financiamento (Roberto dos Santos, Eucério, Geraldo Mossem, Wellington, Jader, Ivo, Luiz Moraes, Maurício e Paulo César). Câmara Técnica de Recursos Humanos (Warlene, Soraya Gogozinho, Onorival, Magali, Rosalina, Rogério, Cristina Batista, Geralda Margarida e Fátima Regina). Câmara Técnica de Comunicação (Eduardo Leal, Carminha Bomtempo, Fausto Isac, José Osvaldo, Antônio Gomes, Lêda de Souza, Sônia e Maria Josefina). Câmara Técnica de Municipalização (Alcides, Antônio Silva e Sulimar). Câmara Técnica de Controle e Avaliação (Carlos Epifânio, Simone, Robson, Laraene, Soraya Andréa e Boaventura). Câmara Técnica de Saneamento (Inês, João Athaide, Paulo Fernandes e Rita). A seguir, foi feita a eleição do representante do Conselho na Comissão Municipal de AIDS. Por aclamação, foi eleita a conselheira Inês de Oliveira Costa. No ponto seguinte da pauta: Acolhimento, a palavra é passada à Dra. Sônia Gesteira, diretora de ações assistenciais de saúde da Secretaria faz exposição sobre o tema. Fala dos princípios do SUS e a realidade vivida pelo Sistema que dificulta o efetivo cumprimento destes princípios. Apresenta dados de

diagnóstico dos serviços de saúde de Belo Horizonte, que embasaram a proposta do acolhimento. Diz que o acolhimento visa garantir o acesso com qualidade, que significa, por exemplo, a escuta a toda pessoa que procura a unidade de saúde, a responsabilidade de quem atende por encontrar solução para o caso evitando que a pessoa retorne sem atendimento. Fala do treinamento desenvolvido para os profissionais atuarem no acolhimento e do processo de implantação, iniciado no Distrito Sanitário Leste, em janeiro/95 e que já atinge trinta Centros de Saúde. Demonstra com gráfico do Centro de Saúde Vila Pinho, que apenas 34% das pessoas que procuraram o Centro de Saúde, necessitavam de atendimento pelo médico. Fala da composição das equipes e da diversificação na forma de funcionamento do acolhimento conforme a região e conclui falando que o pessoal da saúde mental tem uma experiência mais antiga com o acolhimento e pode contribuir com outras informações. A seguir, Dr. César, fala sobre a relação do acolhimento com a humanização no atendimento e faz referência à saúde mental como exemplo de máxima desumanização no tratamento. Diz que o objetivo é mudar a relação daquele que atende com a pessoa que procura os serviços de saúde indo em contrário ao que é imposto pela sociedade atual e que transforma a pessoa em coisa. Diz que a proposta de acolhimento não é um projeto em si, é a finalização de um projeto. A seguir, Carminha Bomtempo, abre para intervenções do plenário estabelecendo que a cada três inscritos a Dra. Sônia dará os esclarecimentos necessários. O senhor Antônio Carlos, fala sobre o atendimento na Vila Pinho e elogia a proposta de acolhimento. O conselheiro Antônio Gomes, cumprimenta a Secretária pelo acolhimento e pergunta quando será estendido a outras regiões, referindo-se especialmente às regiões Norte, Nordeste. Solicita a distribuição de material escrito para que os usuários possam discutir nos Centros de Saúde. O conselheiro Antônio Francisco (Sardinha), pergunta se onde foi implantado o acolhimento, levou-se em conta o reforço de recursos humanos e a preparação dos servidores para atuar nesse tipo de atendimento. Pergunta ainda se foi feito esclarecimento a população sobre essa mudança no atendimento. Dra. Sônia, fala sobre recursos humanos, esclarecendo que estão sendo contratadas pessoas e foram nomeados 1350 concursados, o que vai facilitar o atendimento, explica ao senhor Antônio Carlos, as dificuldades para dotar as unidades de saúde do Barreiro de ginecologistas, mas salienta que existem profissionais não-médicos, habilitados a atender às pacientes em parceria com os hospitais da região. Fala que cada equipe entra no acolhimento por opção, no momento em que se sentem seguras de realizar o trabalho e na proposta do PRÓ-SUS, o acolhimento é um dos indicadores, significando mais pontos para a equipe que se dispuser a implantá-lo. A Secretária Geral do Conselho, Carminha, fala da divulgação do acolhimento e diz que acha o projeto, em tese, maravilhoso por humanizar o atendimento, se preocupa se os trabalhadores estariam treinados para executar essa tarefa e se haverá reciclagem, não apenas dos

envolvidos no acolhimento mas também de todos os trabalhadores da área de saúde. O conselheiro Paulo César, elogia a proposta do acolhimento e diz da sua importância ao acabar com a visão da saúde centrada no médico, o que ocorre hoje, por parte da população. Pergunta qual o impacto sobre o número de consultas médicas nas unidades onde está implantado o acolhimento e qual a perspectiva para o processo de oferta e procura para o futuro, se os profissionais existentes na rede são suficientes para manter estabilizada a relação entre procura e oferta. A participante Célia, solicita à Dra. Sônia que forneça telefone e endereço para que ao ser promovido encontro das comissões locais da Noroeste e Oeste possam convidá-la a participar. O conselheiro Ivan, fala que a importância central do acolhimento está na desmistificação da crença de que só os médicos podem fazer determinados procedimentos num Centro de saúde e defende que isso seja estendido a todas as unidades. O conselheiro Jader, elogia o projeto e parabeniza a equipe da Secretaria por sua implantação. diz que o projeto visa a efetiva implantação do SUS, garantindo a hierarquização do Sistema. pergunta à Dra. Sônia, como tem sido pensada a possibilidade de acoplar o acolhimento à proposta de mudança do modelo assistencial defendida pela Secretaria. O conselheiro Geraldo Mossem, também parabeniza a Secretaria pela iniciativa e pergunta se onde o acolhimento foi implantado existe um grau de satisfação dos usuários e uma conscientização dos mesmos para aceitarem o atendimento feito por profissionais não-médicos. Pergunta ao Dr. César, sobre as contratações anunciadas na imprensa e pede esclarecimentos sobre a forma como foram feitas e tempo para que os contratados comecem a atuar. A participante Cândida, fala que hoje os médicos atendem doze consultas e pergunta se com o acolhimento acaba esse limite. Comenta que vem havendo pressão para que auxiliares de enfermagem atuem no acolhimento e diz que sem outros profissionais que assumam a responsabilidade há mais uma sobrecarga para os auxiliares. Diz que, na prática, o acolhimento lhe parece uma triagem aperfeiçoada e uma equipe mínima de profissionais qualificados tem que ter. Respondendo ao Geraldo Mossem, Dr. César, fala que a contratação é fruto do Decreto e é em número grande que visa reforçar as equipes. São concursados que deverão estar atuando na rede em três meses, período legal para cumprir todo o processo de contratação, desde a nomeação até a entrada em efetivo exercício dos concursados. Comenta a fala da Cândida e diz que ela tem razão, porque ainda não há um controle total, mas que o acolhimento é muito mais que uma triagem e sobre a fala do Jader, acrescenta que todo o processo de preparação para implantação do acolhimento já foi feito dentro da perspectiva de trabalhar visando a mudança de modelo. Fala da importância de discutir o acolhimento para garantir avaliação, supervisão, reforçar as equipes, fazer discussão teórica, produzir textos e registrar essa inovação, tendo muito cuidado para realmente não transferir para os auxiliares toda a responsabilidade exaurindo o projeto. Diz que vêm sendo tomadas

todas as medidas para que o acolhimento seja realmente uma nova prática sanitária. Dra. Sônia, respondendo as questões colocadas, fala que uma mudança não funciona se for imposta e que vem sendo feito tudo o que é necessário para dar condições às equipes de atuar no acolhimento, que se diferencia da triagem por garantir um acompanhamento do paciente, não se limitando ao atendimento na porta. Sobre o impacto nas consultas, diz que houve uma mudança no perfil do atendimento que era feito pelos médico e cita como exemplo dados de pediatria onde 13% dos casos, no último levantamento, foram casos agudos, sendo que há um ano atrás, antes do acolhimento, esse percentual era de 1%, o que significa que os médicos estão atendendo os casos mais graves. A perspectiva é de que alcançados os objetivos no acolhimento, sejam reduzidas as internações, dando maior qualidade aos atendimentos possibilitando até um aumento na oferta. Diz que existe um volume de consultas que daria para atender toda a população de Belo Horizonte, mas não evita que as filas continuem existindo, porque as consultas não têm sido resolutivas. Em relação às doze consultas, diz que não está sendo exigido o rompimento desse limite, mas vem sendo discutido com os profissionais médicos que o limite de consultas deve ser a capacidade que ele tem de atender e alguns já vêm atendendo além desse número. Sobre a satisfação do usuário, não ha ainda pesquisa ou avaliação a respeito e algumas pessoas estranham a até recusam o atendimento feito por profissionais não médicos, sendo nesses casos, viabilizado o atendimento pelo médico, mas apesar de não haver pesquisa, percebe-se nos locais onde a proposta já foi assimilada que há uma satisfação dos usuários. Reafirma que a mudança de modelo já está ocorrendo. Terminada a exposição, Carminha Bomtempo, agradece à Dra. Sônia e sua equipe e solicita ao Dr. César que faça a leitura de um bilhete entregue à Mesa por uma usuária presente, senhora Amanda. Dr. César, faz a leitura do bilhete no qual, dona Amanda, fala que o usuário que procura o Centro de Saúde, nem sempre precisa mesmo de medicamento, podendo só por ser ouvido sentir-se melhor para não necessitar mais da consulta ou esperar por ela. Dr. César, fala que o bilhete reflete a compreensão do que o acolhimento representa e reafirma que haverá uma mudança de cultura retirando do imaginário da sociedade a idéia de que é o médico quem resolve todos os problemas. Carminha, informa o telefone da Dra. Sônia para que os conselheiros e demais presentes possam contatá-la. No último ponto da pauta: Regulamentação do PRÓ-SUS, Carminha, solicita a Warlene que leia o parecer da Câmara Técnica de Recursos Humanos. Warlene, informa que a Câmara reuniu-se, depois da reunião do Conselho realizada no dia 27/06, por duas vezes com a Dra. Laine, representando a Secretaria e foram definidos alguns pontos em que houve propostas de mudanças. Na composição dos Comitês de Acompanhamento nos distritos foi acrescentado que haverá pelo menos um gerente, entre os quatro representantes do Distrito Sanitário. Com relação ao Hospital Odilon Behrens, foi acrescentado que o Comitê Local terá a mesma composição dos

demais sendo também paritário e subordinado ao Comitê Geral de Gestão. Foi incluída a possibilidade de as unidades instituírem Comitês Locais, caso julguem necessário e tenham condições de fazê-lo, não sendo obrigatório. Coloca que nestas questões houve acordo, ficando a proposta de regulamentação aprovada com duas questões pendentes para as quais não houve acordo. A primeira, com relação à greve e paralisações, deliberou-se por remetê-la à discussão posterior a cargo do Comitê de Gestão, apresentando em um prazo de 120 dias parecer para votação em plenário pelo Conselho. A segunda questão pendente refere-se aos valores. Por não ter havido acordo, três propostas estão sendo encaminhadas para apreciação do plenário. A 1ª. proposta é a original feita pela Secretaria Municipal de Saúde: R\$ 700,00 para o nível superior, com 20 horas semanais; R\$ 350,00 para o nível médio elementar (1º. grau), com 30 horas semanais. A 2ª. proposta, aprovada na Assembléia dos Trabalhadores, de valores iguais para todos os níveis, fixará o prêmio em R\$ 450,00. A 3ª. proposta aprovada na Câmara Técnica de Recursos Humanos, prevê o valor de R\$ 650,00 para o nível superior e R\$ 350,00 para os níveis médio e elementar. Warlene, fala que foi levantada questão sobre descontos e pede esclarecimentos da Secretaria em relação a incidência de desconto para a BEPREM (Beneficência da Prefeitura) e Imposto de Renda. Diz que para o Imposto de Renda, sabe-se que haverá desconto na Fonte, mas em caso de esse valor entrar no contra-cheque, ocorrerá um acréscimo no valor do desconto. Dra. Laine, esclarece que em relação ao Imposto de Renda, tanto faz incluir no contra-cheque ou não, porque a questão é regulada por lei federal e no mês de pagamento a Secretaria é obrigada a efetuar o desconto juntando o valor do prêmio ao do salário pago naquele mês. Em relação às outras possibilidades de desconto está sendo aguardado pronunciamento do setor jurídico da Prefeitura. Dados os esclarecimentos, Carminha, propõe como forma de encaminhamento, aprovar a proposta como um todo, destacando-se as questões pendentes para discussão. Warlene, dá mais um esclarecimento sobre o Comitê de Acompanhamento do Hospital Odilon Behrens, colocando que o mesmo será paritário com participação de usuários, trabalhadores e administração. O conselheiro Fausto, fala da importância do PRÓ-SUS e propõe que quanto à composição dos Comitês de Acompanhamento dos Distritos sejam ao invés de 04 (quatro) representantes dos usuários, 08 (oito) estabelecendo 50% de usuários e 50% de trabalhadores e administração. Propõe ainda, que onde consta que os servidores só farão jus à gratificação quando sua equipe atingir 40% ou mais das metas estipuladas, que passe a constar 80%. Carminha, pergunta ao plenário se alguém necessita de mais esclarecimentos. A conselheira Magali, solicita que seja esclarecido em relação ao percentual de 40%, qual e que tipo de atendimento está relacionado com este percentual. Warlene, esclarece que o entendimento da Câmara Técnica é de que não haveria necessidade de manter a mesma paridade existente no Conselho, por sua natureza

técnica. Quanto ao percentual em relação às metas, esclarece que com menos de 40% não haverá nenhum pagamento, com 50% da meta a equipe receberá a metade do valor do prêmio. Exemplifica citando o atendimento de desnutridos. Dra. Laine, complementa a informação, colocando que as metas a serem estabelecidas estarão sempre acima do que hoje a unidade já faz de atendimento. A participante Célia, defende que o mínimo a ser atingido seja de 60% e propõe que onde consta que o Conselho Distrital indicará os quatro representantes dos usuários, deve ser observado que os mesmos serão eleitos. Questiona o fato de a unidade estabelecer as metas e propõe que não sejam os próprios trabalhadores a estipular as metas e sim que as mesmas sejam estabelecidas de acordo com as necessidades locais. A conselheira Rosimeire, pergunta se foi avaliada pela Câmara Técnica a questão da qualidade do atendimento e não apenas a quantidade que, na sua opinião, deverá aumentar. Warlene, esclarece que as metas são propostas pelas equipes, mas existe um parâmetro mínimo, dentro do que a unidade já faz hoje e será tudo muito bem avaliado, garantindo a qualidade. Cita exemplo de atendimento odontológico para explicar que, no caso de uma equipe deixar de cumprir a meta por motivo alheio à sua vontade, não deverá ser prejudicada sendo a situação levada a julgamento no Comitê. Diz que em todas as unidades de saúde é feito um planejamento do trabalho de acordo com as especificidades locais e baseado nesse planejamento é que serão estabelecidas as metas. Diz que será incluído no item que trata da indicação dos representantes dos usuários pelo Conselho Distrital, que os mesmos serão conselheiros. O conselheiro Boaventura, se posiciona contra o PRÓ-SUS e propõe que cada Comitê defina o índice mínimo a ser atingido em cada local. Carminha, pergunta ao conselheiro Fausto se ele mantém as propostas apresentadas. Diante da confirmação do conselheiro, coloca que será aberta uma defesa a favor e uma contrária a proposta de passar de quatro para oito os representantes de usuários nos Comitês de acompanhamento. Defende a proposta o autor da mesma, Fausto, apenas confirmando o que propôs. A conselheira Rosalina, defende a manutenção do texto, argumentando que os Comitês têm um caráter diferente do Conselho sendo necessário não confundir o papel a ser desempenhado pelos Comitês com o papel do conselheiro. Carminha Bomtempo, coloca em votação, considerando como proposta 1, a manutenção do texto e proposta 2, a mudança de 04 para 08 representantes de usuários. Feita a votação nominal. Com 17 (dezessete) votos, a proposta 1, de manutenção do texto, foi vencedora, tendo a proposta 2 recebido 03 (três) votos. Ficou, portanto, mantido o texto original. A seguir, são abertas defesas para as propostas relacionadas com os índices de desempenho: 1- manter o texto com o índice de 40%; 2- passar para 80%, o índice; 3- passar para cada Comitê a definição do índice. Fausto, autor da proposta 2, chamado para defendê-la, questiona o fato de os conselheiros não terem recebido a proposta com antecedência e defende que o índice mínimo de desempenho que pretende premiar a equipe não pode ser inferior a 70%



concordando em que o índice seja estabelecido em 70%. Carminha Bomtempo, esclarece que a proposta foi distribuída a todos os conselheiros no dia 27/06 e que, além disso, o Conselho Municipal de Saúde funciona de 07:00 às 18:30 horas, no Pilotis e tudo de que o conselheiro necessitar está à disposição. É chamado o conselheiro Boaventura, para defender sua proposta de que os índices sejam definidos por cada Comitê. Boaventura defende argumentando que o Conselho não tem conhecimento da realidade de cada local. Denise, do Distrito Sanitário Barreiro, defende a manutenção do texto argumentando que acima de 40% não se concebe que o esforço despendido pela equipe não seja reconhecido. Carminha lê as três propostas formuladas: 1- 40%; 2- 70%; 3- definição pelos Comitês Locais. A proposta 1, obteve 14 (quartoze) votos, contra 01(um) voto dado à proposta 2 e 04 (quatro) votos à proposta 3. Ficou mantido o índice de 40% proposto no texto original. A seguir, a Secretária Geral, inicia a discussão referente aos valores, perguntando ao plenário se existe consenso em relação à proposta vinda da Câmara Técnica. Não havendo consenso, propõe duas defesas de três minutos, para cada proposta. O conselheiro Paulo César, levanta questão de encaminhamento e propõe que primeiro seja votado se os valores serão diferenciados ou iguais para todos os níveis e, caso vença a de que serão diferenciados, posteriormente se coloque em votação quais seriam estes valores. Carminha, fala que a mesa acata a proposta de encaminhamento e pergunta se o plenário concorda. Várias pessoas se manifestam e o conselheiro Antônio Francisco, pede que seja esclarecida a proposta de valores iguais. A mesa concorda e o esclarecimento é dado pelo próprio conselheiro, informando que a definição da Assembléia é de que o bolo dos recursos do PRÓ-SUS seja dividido entre todos em valores iguais. Dra. Laine, fala em nome da Secretaria e retira a proposta inicial em favor dos valores propostos pela Câmara Técnica de Recursos Humanos do Conselho que prevê R\$ 650,00 para o nível superior e R\$ 350,00 para os níveis médio e elementar. Carminha, pergunta a origem dos valores iguais anotados no quadro e estabelecidos em R\$ 450,00 para todos os níveis. O conselheiro Eduardo Leal, esclarece que quando a assembléia definiu pelo rateio entre todos os trabalhadores do montante dos recursos destinados ao pagamento da gratificação do PRÓ-SUS, não se tinha conhecimento de quanto seria este montante. A Câmara Técnica de Recursos Humanos, solicitou da Secretaria o cálculo destes valores e fez a divisão pelo número de trabalhadores, chegando aos R\$ 450,00 mencionados. Dado o esclarecimento, Carminha Bomtempo, propõe o encaminhamento da votação abrindo duas defesas para cada uma das propostas. Inscreveram-se para defender a proposta de R\$ 650,00 para o nível superior e R\$ 350,00 para os níveis médio e elementar, o conselheiro João Athaide e Laine. Para defende a proposta de R\$ 450,00, para todos os trabalhadores, inscreveram-se o conselheiro Eduardo Leal e Cândida. Feitas as defesas das propostas, a Secretária Geral, perguntou ao plenário se todos estavam esclarecidos para votar e procedeu a

chamada nominal dos conselheiros, considerando como proposta 1, a de valores iguais: R\$ 450,00, para todos os trabalhadores e proposta 2, a de valores diferenciados em R\$ 650,00, para o nível superior e R\$ 350,00 para o nível médio e elementar. Concluída a votação, a proposta 1 obteve cinco votos, a proposta 2 obteve doze votos, com três abstenções. Foi vencedora a proposta 2, ficando estabelecido que os valores a serem pagos a título de prêmio pelo PRÓ-SUS serão de R\$ 650,00, para os trabalhadores de nível superior e R\$ 350,00 para os trabalhadores de níveis médio e elementar. A conselheira Rosalina, se absteve e solicitou declaração de voto. Justificou a abstenção argumentando que apesar de reconhecer a realidade, no seu entendimento, essa era a oportunidade de mudar a realidade e respeitar o conceito de equipe, premiando com valores iguais e não com valores diferenciados. A seguir, Carminha, faz a leitura da proposta de moção de repúdio apresentada pelo conselheiro Maurício, sobre a LER. A moção é aprovada, por consenso do plenário. Na seqüência, Carminha, informa sobre o Seminário que será realizado em agosto e procede ao encaminhamento da eleição dos representantes do Conselho Municipal de saúde no Comitê Gestor do PRÓ-SUS. Informa que a lei prevê três representantes do Conselho no Comitê e propõe, em nome da mesa diretora, que sejam eleitos dois usuários e um trabalhador. O conselheiro Ivan, propõe que sejam seguidos os mesmos critérios de composição do Conselho com um representante de usuários, um de prestadores público ou privado e um de trabalhadores. A conselheira Rosalina, propõe que todos os três sejam usuários. A mesa e o conselheiro Ivan, retiram suas propostas em favor da última. Definido que seriam eleitos três representantes de usuários, foram indicados os conselheiros Fausto, Magali, João Athaíde, Luiz Moraes e Wellington. O conselheiro João Athaíde, levanta questão de esclarecimento e solicita que a mesa informe as atribuições do Comitê. A mesa dá o esclarecimento e abre a palavra aos candidatos para que defendam seus nomes. Após todos se apresentarem e defenderem sua candidatura, foi procedida a votação com cada conselheiro indicando três nomes. Concluída a votação, os três que receberam maior número de indicações foram os conselheiros Magali, João Athaíde e Luiz Moraes que serão os representantes do Conselho no Comitê Gestor do PRÓ-SUS. A seguir, o conselheiro Geraldo Mossem, passa informe sobre o corte dos recursos para o Pronto Socorro de Venda Nova e fala da necessidade de o Conselho se posicionar. O conselheiro Rogério, informa que os trabalhadores da saúde elegeram em assembléia seus três representantes no Comitê Gestor, sendo Celinha, Cardiolinda e Gisele. A participante Célia, fala do Seminário e propõe que os temas sejam escolhidos em presença dos usuários para quem é dirigido. Carminha, esclarece que o Seminário é para todos os conselheiros e que a Comissão Organizadora escolheu alguns temas que serão submetidos ao plenário. O conselheiro Ivan, fala sobre os representantes dos trabalhadores no Comitê Gestor e pergunta se todos os sindicatos estavam representados



na Assembléia. O conselheiro Antônio Francisco, esclarece que a Assembléia foi amplamente convocada para reunir todos os servidores municipais da saúde. A conselheira Rosalina, pergunta a respeito da tabela salarial, cuja proposta seria apresentada no dia 08/07, o que motivou o adiamento da presente reunião que deveria ter sido realizada no dia 04/07. Carminha, esclarece que a tabela está ainda em processo de negociação entre a Prefeitura e os Sindicatos, não tendo nada definido. Às 19:05 horas, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária Geral.

Belo Horizonte, 11 de julho de 1996.

**RFF/plfp**